

Capitalismo monopolista: de Baran e Sweezy ao debate brasileiro

Caio Rennó José¹

Thiago Fontelas Rosado Gambi²

Resumo:

A teoria do capitalismo monopolista foi desenvolvida na década de 1960 por Baran e Sweezy em seu conhecido livro *Capitalismo Monopolista*. Nele, os autores criticam a falta de comprometimento das ciências sociais, especialmente da economia, com a realidade, pois distorciam e criavam cenários que não eram condizentes com ela. Isso era claro, por exemplo, nos modelos econômicos da década de 1960 em que a concorrência perfeita ainda era considerada o caso geral e a grande empresa capaz de controlar preços era deixada de lado. O objetivo deste trabalho é analisar o conceito de capitalismo monopolista apresentado por Baran e Sweezy, e outros autores de linhagem neomarxista e heterodoxo-burguesa, para detectar sua influência no pensamento econômico brasileiro. Ao realizar a pesquisa a partir das referências indicadas por Mantega, pudemos encontrar trabalhos em que eram centrais as ideias de imperialismo, dependência e subdesenvolvimento. No entanto, embora as ideias de Baran e Sweezy sobre o capitalismo monopolista tenham sido importantes para o desenvolvimento do pensamento econômico contemporâneo, pois suas contribuições deram maior peso à crítica da teoria econômica convencional, no caso brasileiro, a utilização do conceito de capitalismo monopolista teve alcance limitado em sua época.

Palavras-Chave: neomarxismo, pensamento econômico brasileiro, capitalismo monopolista.

Abstract:

The theory of monopoly capitalism was developed in the 1960s by Baran and Sweezy in his famous book *Monopoly Capital*. The authors criticize the lack of commitment of the social sciences, especially economics, with reality. For instance, it was clear in economic models of the 1960s that perfect competition was still considered the general case and the large companies able to control prices disregarded. The objective of this paper is to analyze the concept of monopoly capitalism presented by Baran and Sweezy (1974), and other authors of neo-Marxist and heterodox bourgeois lineage, to detect its influence in the Brazilian economic thought. Although the ideas of Baran and Sweezy on monopoly capitalism had been important for the development of contemporary economic thought, in the Brazilian case, the use of the concept had limited scope.

Keywords: neomarxism, brazilian economic thought, monopoly capitalism.

Classificação JEL: B14, B51, L12

¹ Mestrando em Educação (UFScar). Contato: caiorenno@hotmail.com

² Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas. Contato: thiago.gambi@uol.com.br

Artigo recebido em fevereiro de 2014 e aprovado em outubro de 2015.

1. Introdução

Este trabalho procura identificar a influência da análise da teoria do capitalismo monopolista, elaborada na década de 1960, no pensamento econômico brasileiro produzido na época. Para tanto, o texto é dividido em duas grandes partes bem definidas e dependentes uma da outra. Na primeira, a partir de Baran e Sweezy, incorporando também as análises de Lênin, Braverman e Galbraith, apresenta: 1. a conceituação teórica dos elementos determinantes do capitalismo monopolista; e 2. suas implicações para o desenvolvimento social e do Estado. Na segunda parte, relaciona essa teoria ao pensamento econômico brasileiro, analisando em que medida ela e seus conceitos aparecem nos trabalhos de autores que se enquadravam no que Mantega (1984), em seu trabalho clássico sobre a economia política nacional, chamou de modelo do subdesenvolvimento capitalista e no que Bielschowsky (2004) caracterizou, também em obra já clássica, como pensamento socialista.

A teoria do capitalismo monopolista foi desenvolvida nos Estados Unidos e publicada originalmente em 1966, no conhecido livro *Capitalismo monopolista*, de Paul Baran e Paul Sweezy. Embora marxistas, a origem social desses autores não poderia ser mais distinta. Enquanto Baran era russo e filho de um militante menchevique, Sweezy era estadunidense e seu pai banqueiro de Wall Street. Baran estudou na Alemanha e na Inglaterra antes de se instalar definitivamente nos Estados Unidos, em 1939, e trabalhou na Universidade de Stanford, onde escreveu seu principal trabalho individual “A economia política do crescimento”, publicado em 1957 (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p.446).

Como não era raro entre os filhos de famílias americanas abastadas, Sweezy estudou em Harvard, onde foi assistente de Schumpeter, e na London School of Economics. Sweezy experimentou em sua formação o embate entre as ideias de Keynes e Hayek, o que exigiu certa transição ideológica no sentido do marxismo. Sobre isso, ele dizia que a economia convencional ensinada nas instituições por onde passou teria muito pouco a contribuir para a compreensão da economia e das tendências do século XX. Confiante nessa transição, em 1939, fundou juntamente com amigos marxistas e outros economistas radicais,³ a *Monthly Review*, cuja publicação continua ativa e influente entre marxistas (NETO; OLIVEIRA, 2004; GUERRERO, 2004).

³ Nos EUA, chamada de Radical Economics ou Radical Political Economy pode significar três coisas, dependendo do autor: 1) o conjunto das heterodoxias; 2) marxistas dos EUA das décadas de 50 e 60 e 3) corrente radical de marxistas e libertários das décadas de 70 e 80, formada a partir da Union for Radical Political Economy. Cf. BEAUD, Michel e DOSTALLER, Gilles. *O pensamento econômico de Keynes aos nossos dias*. Lisboa: Afrontamento, 2000.

Em seu livro clássico, os autores criticam a falta de comprometimento das ciências sociais, especialmente da economia, com a realidade, pois distorciam e criavam cenários que não eram condizentes com ela. Isso era claro, por exemplo, nos modelos econômicos da década de 1960 em que a concorrência perfeita ainda era considerada o caso geral e a grande empresa capaz de controlar preços era simplesmente deixada de lado (BARAN; SWEEZY, 1974).

No contexto do fim da era dos impérios e do surgimento de duas superpotências na pós-Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1995), a fronteira do desenvolvimento da economia capitalista é transferida definitivamente da Inglaterra para os Estados Unidos. Por isso, os autores recuperam elementos que traçam a origem e o aparecimento mais representativo do capitalismo monopolista a partir de eventos da história econômica estadunidense (BARAN; SWEEZY, 1974).

A expansão do monopólio nos EUA ocorre de maneira mais significativa no período próximo ao fim da guerra de Secessão, em meados do século XIX. Com o processo de concentração e centralização do capital em marcha (MARX, 1985), as contradições da economia capitalista se acentuam, pois a empresa monopolista controla preços para maximizar lucros, o que acaba debilitando a capacidade de funcionamento do sistema econômico, por meio de preços altos e ganhos extraordinários. O resultado desse processo, segundo Baran e Sweezy (1974), seria a tendência à estagnação, pois haveria uma dificuldade cada vez maior em absorver os grandes excedentes criados pelas empresas monopolistas. Se fosse operado sem controles, os efeitos depressivos do monopólio teriam levado a economia estadunidense a um período de estagnação antes do fim do século XIX e acabado com as chances de sobrevivência do capitalismo na segunda metade do século XX (BARAN; SWEEZY, 1974).

No entanto, para os autores, graças a estímulos externos poderosos, tais efeitos depressivos foram apagados e a economia estadunidense experimentou um rápido crescimento econômico nas últimas décadas do século XIX. Esses estímulos externos foram as grandes invenções e as guerras. As grandes invenções – máquina a vapor, trem e automóvel – são capazes de modificar a estrutura econômica, pois absorvem grande volume de capital e criam vastos mercados para investimentos. Assim, devido ao efeito multiplicador e a absorção de excedentes destas invenções de grande impacto econômico, os efeitos depressivos do monopólio foram contrabalançados.

O outro elemento que também foi capaz de alterar o quadro econômico estadunidense foram as guerras, as quais geraram importantes impactos na economia em duas fases: na dos

combates e nos pós-guerras. Na primeira, embora a demanda civil tenha sido reduzida pelo aumento de preços e racionamento, a procura militar teve grande crescimento e os recursos foram orientados para setores ligados a ela: “*as fábricas existentes são convertidas para a produção de guerra, canalizando-se igualmente para ela a maior parte dos investimentos*” (BARAN; SWEEZY, 1974, p.222-223).

Essas alterações na estrutura econômica da primeira fase determinaram o plano de ação para a fase do pós-guerra. Até o fim dos conflitos, a indústria, antes focada em esforços de guerra, não atende adequadamente às demandas civis. Nos períodos pós-guerras, a explosão da procura não-militar origina grandes acumulações, pois as “fábricas de guerra” são reconvertidas em fábricas de produtos para consumo civil. Desse modo, segundo os autores, havia espaços para investimento que poderiam absorver durante muitos anos quantidades imensas de excedentes. Neste sentido, as guerras significaram eventos determinantes para a absorção de excedentes econômicos, seja por meio da enorme procura da máquina militar ou pela acumulação da procura civil na fase de pós-guerras (BARAN; SWEEZY, 1974, p.223-224).

No período em que operavam os estímulos externos, a tendência à estagnação da economia norte-americana apontada por Baran e Sweezy poderia ser, portanto, desprezada. Porém, a fim de verificar a validade de sua teoria em tempos de normalidade, os autores ainda investigaram a história econômica dos Estados Unidos nas décadas anteriores e posteriores às grandes invenções e guerras. Antes das guerras, Baran e Sweezy apontam sinais de estagnação entre 1907 e 1915 devido, sobretudo, ao esgotamento dos investimentos ferroviários. Já no período posterior às guerras, encontraram dados que melhor poderiam retratar a tendência à estagnação de uma economia de grandes monopólios, isto é, a dificuldade de absorção do excedente pela queda de utilização da capacidade produtiva e o aumento do desemprego (Tabela 1).

Tabela 1 – Capacidade produtiva e desemprego nos EUA (1950-63)

Ano	Capacidade Produtiva	Desemprego
1950	100	5,0
1951	103	3,0
1952	99	2,7
1953	98	2,5
1954	87	5,0
1955	92	4,0

1956	89	3,8
1957	85	4,3
1958	76	6,8
1959	81	5,5
1960	81	5,6
1961	80	6,7
1962	83	5,6
1963	83	5,7

Fonte: BARAN e SWEEZY, 1974, p.245.

Para os autores, se os Estados Unidos não tivessem entrado na primeira guerra mundial, as décadas de 1910 e 1920 teriam sido marcadas pela depressão, mas a eclosão da guerra ocorreu justamente no momento em que era necessário aumentar a demanda agregada, principalmente nos setores de construção e automobilístico, que possuem efeitos de encadeamento.

Já no período entre-guerras, a estagnação só poderia ser remediada com esforços pontuais até receber um impulso definitivo com a segunda guerra mundial. Na década de 30, pós-*crash* de 1929, as estatísticas mostram a baixa taxa de utilização da capacidade produtiva, pois, para os autores,

por falta de um estímulo externo atuante, os mercados para investimentos eram praticamente inexistentes. Foi esta impossibilidade para encontrar novos mercados para um excedente em expansão que deteve o crescimento e precipitou a brusca recessão da segunda metade de 1937 (BARAN; SWEEZY, 1974, p.243).

Com o início da segunda guerra, em 1938, a população não contava com poder aquisitivo e crédito para consumir e nem com uma estrutura adequada de oferta, ocupada com o esforço de guerra. Assim, nesse período, a população pôde acumular poupança líquida e, no final do conflito, em 1945, produzir uma onda de impulsos econômicos. Com todo o surto do pós-guerra, as alterações no padrão de vida estadunidense foram positivas para boa parte da população. Porém, no período de 1947-1963, como podemos observar na Tabela 1 acima, “(...) apesar da força e persistência desses estímulos, já começaram a aparecer os sintomas familiares de absorção inadequada do excedente – desemprego e subutilização da capacidade produtiva” (BARAN; SWEEZY, 1974, p.244).

A alta da taxa de desemprego observada em 1963, terceiro ano de expansão da utilização da capacidade produtiva, levou Baran e Sweezy (1974, p.246-247) a constatarem que:

uma economia em que o desemprego cresce, mesmo durante a fase de expansão do ciclo econômico, debate-se no fundo em graves problemas. (...) Progressos que, numa sociedade racional, tornariam possível um grande avanço em direção à abundância para todos, sob o capitalismo monopolista constituem uma ameaça para a mera subsistência de uma proporção cada vez maior da massa trabalhadora.

A contextualização histórica acima expõe o impacto do capitalismo monopolista sobre a economia dos EUA desde o final do século XIX até meados de 1960. É esse o contexto histórico que motivou Baran e Sweezy a reinterpretar a teoria marxista e desenvolver sua análise do capitalismo naquela altura.

2. Capitalismo monopolista: definições e desenvolvimentos

O capitalismo monopolista,⁴ como conceito, é empregado por diversos autores. Embora haja diferenças pontuais entre as definições de cada um para o conceito, a definição geral, e mais simples, presente em todos eles é a de que o capitalismo monopolista corresponde a um sistema em que a centralização e concentração de capital faz com que empresas monopolistas tenham o poder de influenciar e dominar o mercado.

Apesar dessa definição mais geral, Sweezy (1974)⁵ utiliza três correntes de pensamento para expor diferentes concepções da teoria do capitalismo monopolista: a) burguesa-heterodoxa; b) marxista tradicional e c) neomarxista. A concepção *burguesa-heterodoxa* parte de uma análise econômica que aceita a estrutura básica do sistema capitalista, isto é, uma sociedade organizada pelo mercado e uma economia a ele subordinada. Entretanto, o que a distingue das concepções marxistas é o fato de tomar o monopólio, ou a concorrência imperfeita, como um caso excepcional e não como resultado típico do funcionamento do sistema capitalista (SWEEZY, 1974, p.30-31).

O principal teórico da heterodoxia burguesa, John Kenneth Galbraith, por meio de seu livro *Capitalismo Americano*, publicado em 1952, apresenta a primeira tentativa de teorizar um sistema econômico dominado por gigantescas sociedades financeiras. Galbraith consegue enxergar a importância do “*fato de as doutrinas da concorrência monopolista ou imperfeita*

⁴ Dos conceitos de capitalismo monopolista, podemos diferenciar o capitalismo monopolista e o capitalismo monopolista de Estado. O primeiro se insere no âmbito das grandes empresas que estão em constante processo de concentração e centralização de capital, e seus mecanismos para engrandecer; já o segundo, se refere à atuação do Estado na colaboração com esse processo, pois o Estado teve fundamental papel no processo de acumulação das grandes empresas, em políticas deliberadas para as conquistas de novos territórios seja para consumo ou fornecimento de matérias-primas, mão-de-obra barata. Alguns autores classificam a participação do Estado na formação do capital monopolista como uma fase superior do capitalismo: o imperialismo (HARRIS, 1984).

⁵ O livro *Teoria e História do Capitalismo Monopolista*, de Paul Sweezy, teve sua primeira edição em 1974, mesmo ano da segunda edição do livro *Capitalismo Monopolista*, de autoria de Sweezy e Baran, utilizado neste texto.

terem aberto caminho para o desaparecimento da velha hipótese da concorrência sobre a qual o modelo concorrencial foi erigido” (GALBRAITH, 2008, p.42).

Para Galbraith (2008, p.43), a partir da conquista da autoridade pelos vendedores sobre os preços estes não são mais reflexos dos movimentos da demanda do consumidor. Assim, os preços não evoluem naturalmente e a indústria deixa de produzir conforme suas flutuações. Um aumento de demanda pode elevar a produção e ser vendida a preços antigos ou, também, pode levar ao aumento dos preços e lucros ao manter o nível de produção anterior. Segundo Sweezy (1974, p.39-40), o erro de Galbraith e das outras tentativas burguesas é que suas interpretações não chegam a questionar o sistema em que esses resultados são obtidos.

A abordagem *marxista tradicional* do capitalismo monopolista se baseia em O Capital, de Marx. No livro, Marx (1985, p.295) lança as primeiras bases da teoria monopolista ao desenvolver os conceitos de concentração e centralização do capital. Afirma que “*o que temos agora é a concentração dos capitais pequenos já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes*”. Já a centralização do capital, para Marx, é “*acumular nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte*” e pode ser atingida pela “*via compulsória de anexação, que devido à poderosa força de atração consegue incorporar capitais menores; e também pela “fusão de capitais já formados ou em formação*”, constituindo sociedades anônimas, num processo mais ‘suave’” (MARX, 2006, p.729-730).

Outras contribuições dessa abordagem vêm das obras Capital Financeiro, de Rudolf Hilferding, e Imperialismo, etapa superior do capitalismo, de Lênin (2008). Lênin, influenciado por Hilferding, analisa o capitalismo monopolista a partir de dados estatísticos que comprovam em vários ramos da indústria o aparecimento do monopólio e suas consequências históricas, geopolíticas e econômico-sociais. Constata, assim como Braverman, Baran e Sweezy, que o monopólio tem caráter controlador e poderoso, consegue abrir “*caminho em toda parte, valendo-se de todos os meios*”. Por isso, afirma que esta fase representa “*a transição do capitalismo para regime superior*”, que intensifica todas as contradições do capitalismo (LÊNIN, 2008, p.126).

Por fim, o *neomarxismo* nasce como uma crítica ao marxismo ortodoxo e traz diferentes perspectivas de análise para o campo marxista. Como teoria crítica, apresenta-se como alternativa ao determinismo econômico e uma atualização teórica diante das transformações do capitalismo contemporâneo. A teorização do capitalismo monopolista nessa abordagem tem início com Kalecki e, para Sweezy (1974), o economista polonês é o

responsável por um dos primeiros grandes passos em direção a uma verdadeira teoria do monopólio. Segundo Kalecki:

(...) o monopólio não só concentra a mais-valia, mas aumenta também a quantidade de mais-valia à custa dos salários. Não temos que interpretar isto como uma redução dos salários; pode significar um crescimento dos salários mais lento do que o que se verificaria na ausência do monopólio. E se não se apresentar o monopólio como um fator imutável que aparece subitamente, mas como uma força em crescimento há um século, então todo o processo de acumulação do capital poderá ser permanente e crescentemente infletido em direção à sobre-acumulação e à estagnação (apud Sweezy, 1974, p.45).

Para o próprio Sweezy (1974), os lucros do monopolista não são maximizados igualando os custos marginais ao preço, mas ao atingir o ponto em que o custo marginal iguala o rendimento marginal. Essa mudança implica a diminuição da produção, aumento de preços e lucros. Assim, os lucros crescentes geram grandes condições de expansão, porém a expansão pode levar o mercado à ruína. Surge com isso, uma contradição, pois há um espaço de expansão se esgotando e ao mesmo tempo capacidade de expansão crescente. A empresa, para continuar seu processo de expansão, deve transcender sua história, ou seja, conquistar novos mercados através de novos produtos e/ou novas áreas: empresas que diversificam suas ofertas acabam formando os conglomerados, enquanto aquelas que buscam novas áreas de expansão correspondem às multinacionais (SWEETZY, 1974).

Braverman (1987),⁶ outro autor neomarxista, toma como foco a exposição de elementos que uma organização pode adotar para expandir o capital e o que isso acarreta nas relações sociais dos indivíduos. Segundo Braverman, o capital monopolista surge nas últimas duas ou três décadas do século XIX. A concentração e acumulação de capital funcionaram sob as primitivas formas de trustes e cartéis. Com o passar do tempo, são desenvolvidas técnicas e estratégias de operações que concretizaram o lucro máximo que levou à expansão do poder e riqueza da organização. Empregada na produção, a administração científica buscou a padronização dos processos, a fim de torná-los mais produtivos e converter mais rápido a força de trabalho e capital. A organização monopolista ampliou também sua área de atuação no mercado, ou seja, empresas que antes ofertavam em nível nacional, tornam-se internacionalizadas, aumentando a parcela de mercado e sua capacidade de influência, num processo chamado por ele de “mercadejamento”.

Além destes elementos, Braverman recupera argumentos de Alfred P. Sloan, quando este disserta sobre os controles administrativos nas subdivisões da organização monopolista:

⁶Inspirado por experiências próprias, Braverman foi membro da classe operária e militante socialista nas fábricas dos Estados Unidos nos anos 40. Este livro é a tradução da primeira edição publicada em 1974 por Monthly Review Press, de Nova York, Estados Unidos.

(...) cada operação em sua própria base assumindo sua própria responsabilidade e dando sua contribuição para o resultado final. O resultado final é, naturalmente, a acumulação de capital. Cada seção “revela estatísticas corretamente refletindo a relação entre o retorno líquido e o capital investido de cada divisão operante – a verdadeira medida da eficiência”. “Isto permite à empresa orientar a colocação do capital adicional onde ele resultará no maior benefício de toda a empresa (apud BRAVERMAN, 1987, p.226).

Com isso, segundo Braverman (1987), a empresa monopolista consegue aumentar seu controle em cada área da empresa, o que diminui suas incertezas e força a concretização dos resultados.

Baran e Sweezy (1974) também são identificados com a abordagem neomarxista e discorreram juntos sobre o capital monopolista com o objetivo de analisar a criação e absorção do excedente neste novo contexto do capitalismo. Para os autores, o papel do lucro nesse processo é abrangente: analogamente ao corpo humano, trata-se dos nervos e músculos que mobilizam a força necessária para a empresa expandir. A expansão interna, a aquisição e a fusão com outras empresas, são formas pelas quais as empresas crescem, e o crescimento acaba por torná-las grandes. Assim, os lucros, embora não sendo o único objetivo final, constituem os meios necessários a todos os objetivos finais (BARAN; SWEEZY, 1974).

Com os objetivos finais atingidos, a força e o poder da grande empresa são tão grandes, que, pode-se dizer, sua iniciativa coloca a economia em movimento, seu poder a mantém em atividade, suas políticas criam dificuldades e crises. Porém, várias empresas gigantes agem com o objetivo de servir aos seus próprios fins e não para influenciar ou controlar o funcionamento do sistema como um todo. “*Sob o capitalismo competitivo a empresa individual aceita os preços, ao passo que no capitalismo monopolista a grande empresa é quem faz o preço*” (BARAN; SWEEZY, 1974, p.61).

Como estratégia da livre concorrência, as empresas reduziam custos e preços para conseguir maior parcela de mercado. Sob o capitalismo monopolista, as empresas que adotavam essa tática, poderiam, com a guerra de preços, tornarem insustentáveis as margens de lucro e o próprio encobrimento do preço de custo. Assim, começaram a banir a competição de preços e formar grupos de influência entre setores, com o propósito de estipular preços que estabelecessem lucros máximos de modo a favorecer todo o grupo. Porém, uma organização pode adotar uma guerra de preços quando possui maior poder de mercado, ou seja, possui mais capital e influência que outra a qual pretende atingir, o que poderá levar à incorporação ou exclusão da empresa menor pela empresa maior, e tornar o mercado ainda mais concentrado (BARAN; SWEEZY, 1974). Segundo Hilferding (apud SWEEZY, 2004), sob os imperativos monopolistas, os preços são indeterminados e instáveis. Os clientes e

fornecedores são pressionados a criar combinações que lhes assegurem uma parte desses sobre-lucros para si próprios.

A arma de defesa no capitalismo monopolista contra outras empresas, e também como forma de obter maior margem de lucro, é a capacidade da empresa de reduzir os custos. Esse elemento levou Baran e Sweezy (1974 p.77-78) à seguinte proposição: no sistema capitalista monopolista existe uma tendência decrescente dos custos para produzir:

Qualquer companhia que se atrasar na corrida para reduzir os custos enfrentará logo problemas. Seu poder de reagir ao ataque é solapado, sua liberdade de manobra é reduzida, sua capacidade de usar as armas normais da luta competitiva é enfraquecida. Não pode, portanto, haver dúvida quanto à tendência decrescente dos custos de produção sob o capitalismo monopolista.

A estrutura de mercado monopolista permite às empresas a apropriação de maior produtividade, embora o poderio econômico coletivo possa conseguir elevar o preço do trabalho, as potencialidades da redistribuição dos lucros são muito pequenas – enquanto os produtores continuarem tendo liberdade de ajustar seus preços, técnicas e emprego de modo a proteger sua posição de lucro (BARAN; SWEEZY, 1974), ainda o motor principal da acumulação nesse novo contexto do capitalismo.

3. Desenvolvimento social e Estado no capitalismo monopolista

A concretização dos elementos determinantes da sociedade capitalista, para Braverman, apresenta-se sob três etapas sucedâneas que desenvolveram e impuseram o sistema e sua lógica:

Na fase do capitalismo monopolista, o primeiro passo na criação do mercado universal é a conquista de toda a produção de bens sob forma de mercadoria; o segundo passo é a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; o terceiro é um “ciclo do produto”, que inventa novos produtos e serviços, alguns dos quais se tornam indispensáveis à medida que as condições da vida moderna mudam para destruir alternativas. Desse modo, o habitante da sociedade capitalista é enlaçado na teia trançada de bens-mercadoria e serviços-mercadoria da qual há pouca possibilidade de escapar mediante parcial ou total abstenção da vida social tal como existe. (BRAVERMAN, 1987, p.239).

Nesta fase do capitalismo, a busca por novos meios de se monopolizar o capital começou a penetrar setores sem caráter mercantil/empresarial: saúde, educação, penitenciário, etc. As influências e o papel do capital que “*se lança freneticamente*” a toda nova área possível de investimento, reorganizou totalmente a sociedade, e ao criar a nova distribuição do trabalho criou uma vida social amplamente diferente (BRAVERMAN, 1987, p.238). No capitalismo, a estrutura familiar, individual e social são elementos coagidos e subordinados às determinações vigentes e, por isso, sofreram mudanças substanciais nas instituições familiares

que, como afirma Braverman (1987, p.232), “*eram a unidade econômica, e todo o sistema de produção baseava-se nela*”.

Ainda, para Braverman, a sociedade do capital monopolizado tem capacidade de criar condições emocionais e psicológicas para que as pessoas se submetam ao capital:

muitos outros fatores contribuem: a pressão do costume social, sobretudo sobre a geração mais jovem alternadamente pelo estilo, moda, publicidade e processos educacionais (tudo isto que transforma o “feito em casa” em menosprezo e o “fabricado” ou “comprado fora” em vanglória); a deterioração das especialidades (junto com a disponibilidade de materiais); e a poderosa necessidade de casa membro da família de uma renda independente, que é um dos sentimentos mais fortes instilados pela transformação da sociedade em um gigantesco mercado de trabalho e artigos, uma vez que a fonte de status já não mais é a capacidade de fazer coisas, mas simplesmente a capacidade de comprá-las. (...) Com o tempo, não apenas necessidades materiais e de serviço, mas também os padrões emocionais de vida são canalizados através do mercado. Esse processo é apenas um aspecto de uma equação mais complexa: à medida que a vida social e familiar da comunidade são enfraquecidas, novos ramos da produção surgem para preencher a lacuna resultante; e à medida que novos serviços e mercadorias proporcionam sucedâneos para relações humanas sob a forma de relações de mercado, a vida social e familiar são ainda mais debilitadas (BRAVERMAN, 1987, p.235-6).

Na obra de Braverman – acerca do desenvolvimento do capitalismo monopolizado e seus aspectos desumanos –, este considera que, por exemplo, na fábrica, não é nas máquinas que está o problema, mas nas condições do modo de produção vigente; assim como não é na existência dos serviços que está a causa, mas “*nos efeitos de um mercado todo-poderoso que dominado pelo capital e seu investimento lucrativo, tanto é caótico quanto profundamente hostil aos sentimentos de comunidade*” (BRAVERMAN, 1987, p.239).

Baran e Sweezy (1974, p.51) também enxergaram um potencial modificante da estrutura social, o qual condiciona novos valores frutos das novas relações impostas pelo sistema:

Resumindo: os negócios são um sistema ordenado que seleciona e recompensa segundo critérios bem compreendidos. O princípio orientador é aproximar-se o máximo possível da cúpula dentro de uma empresa que esteja o mais alto possível entre as empresas. Daí a necessidade de lucros máximos. Daí a necessidade de dedicar os lucros obtidos ao fortalecimento da posição financeira e da intensificação do crescimento. Tais coisas se tornam as finalidades e valores subjetivos do mundo dos negócios, porque são as exigências objetivas do sistema. O caráter desde determina a psicologia de seus membros, não o inverso.

Também sobre o desenvolvimento do capitalismo monopolista e as consequências desse processo para a sociedade, Lênin (2008, p.90) descreveu cinco traços fundamentais:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira;
3. a exportação

de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Segundo Lênin (2008), muitas organizações que compunham os cartéis internos eram dominadas pelos capitais industriais e bancários, e naturalmente avançaram as relações com o mercado externo e as colônias – principais fontes de matérias-primas. Criaram-se aí esferas de influência entre as organizações e países, o que levou à constituição de cartéis de âmbito internacional e passaram a formar um novo grau de concentração do capital e da produção, um supermonopólio. Este tinha uma demasiada capacidade de influência, buscava novos setores e territórios para expandir ainda mais o capital.

Essa interpretação de alguns acontecimentos históricos – como a partilha do mundo e, a divisão e redistribuição das colônias que desencadearam a primeira guerra mundial de 1914 a 1918 – credita a origem desses eventos à influência de fatores político-econômicos característicos do capitalismo monopolista. Braverman, adepto desta visão, também reconhece esse processo histórico quando afirma que:

(...) outros eventos começam a acontecer no mesmo período: rápida colonização pelo mundo, rivalidades internacionais, e conflitos armados pela divisão do globo em esferas de influência econômica ou hegemonia inauguram a era imperialista (BRAVERMAN, 1987, p.216).

A única alternativa, segundo Lênin (2008) e Braverman (1987), para os países de CP sustentar o domínio e a influência das relações entre as potências pelas zonas de exploração econômica, é priorizar o aumento contínuo das suas forças e gastos militares do Estado.

O Estado – diante do desenvolvimento do capitalismo monopolista – dotado e financiado por dirigentes modernos e magnatas, se torna um instrumento de estímulo e proteção para as empresas gigantes (BARAN; SWEEZY, 1974).

No capitalismo monopolista, é tão certo hoje quanto nos dias de Marx que o “poder executivo do... Estado é simplesmente um comitê para administrar os interesses comuns da totalidade da classe burguesa” (...) responsabilidade do Estado, no regime de capitalismo monopolista, assegurar, na medida do possível, que os preços e margens de lucros nas indústrias que se desviam sejam colocados no âmbito predominante entre as empresas gigantes em geral (BARAN; SWEEZY, 1974, p.73).

Para Braverman, o papel do Estado nos últimos cem anos foi de estímulo ao desenvolvimento do capitalismo. Coube ao Estado garantir e gerir as condições estruturais, relações sociais do sistema capitalista, assim como proteger a distribuição cada vez mais desigual da propriedade. O uso do aparato público, os investimentos e encaminhamentos dos

recursos públicos feitos pelo Estado, são instrumentos para a drenagem da riqueza das mãos de grupos especiais, tanto por meios lícitos como ilícitos (BRAVERMAN, 1987).

Galbraith (2008) aponta a falta de vigilância de um governo sobre a concorrência, a falta de planejamento e controle na prestação de serviços públicos, e na fiscalização das instituições, como alguns dos fatores que implicaram a tomada dessas funções pelo capital monopolista. É o que também afirma Braverman (1987, p.245):

A saúde pública, serviço postal e muitas outras funções públicas são igualmente desenvolvidos pelas necessidades de uma estrutura social intrincada e delicadamente equilibrada que não possui meio algum de coordenação ou planejamento social a não ser o planejamento interno empresarial dos monopólios que proporcionam a estrutura esqueletrica da economia.

De diferentes enfoques recuperados no texto, notamos que o capital se tornou demasiadamente concentrado pela criação de ferramentas e estratégias para se multiplicar. Isso implicou grandes impactos para toda a estrutura social e nas relações de trabalho, onde mecanismos emocionais e psicológicos foram utilizados para apropriar as forças de trabalho, submetendo-as aos seus objetivos de expansão:

A conquista dos processos de trabalho, antigamente executadas pelas granjas familiares, ou em lares de todo o tipo, naturalmente deu nova energia ao capital pelo crescente escopo de suas operações e tamanho da “força de trabalho” sujeita a sua exploração. (...) E com a industrialização da fazenda e das tarefas domésticas, veio a sujeição desses novos trabalhadores a todas as condições do modo capitalista de produção, a principal das quais é que eles agora pagam tributo ao capital e servem assim para ampliá-lo (BRAVERMAN, 1987, p.234).

O capital monopolista implicou também em relações internacionais nas quais, graças aos supermonopólios, territórios pelo mundo foram partilhados entre países e empresas, produzindo reflexos econômicos e sociais nos países conhecidos atualmente como periférico-emergentes e subdesenvolvidos. Isso acarretou mudanças na divisão internacional do trabalho: os países desenvolvidos, lar das empresas de grande escala, detêm o capital industrial-financeiro-tecnológico; enquanto a produção menos qualificada e menos valorizada, mantém as economias primárias dos países periféricos. Para Baran e Sweezy (1974, p.18), essa divisão produtiva e econômica teve impactos em muitos aspectos, sendo um deles o processo de trabalho e a luta de classes.

A iniciativa revolucionária contra o capitalismo, que nos dias de Marx pertencia ao proletariado dos países adiantados, passou às mãos das massas empobrecidas dos países subdesenvolvidos, que lutam para libertar-se do domínio e exploração imperialistas.

A teoria da excedente econômico e a tese da tendência à estagnação provocada pelo esgotamento da absorção de capitais – integrada ao texto de Baran e Sweezy sobre o capitalismo monopolista – retratam uma nova interpretação da lei da queda da taxa de lucro como a escalada para a autodestruição do capitalismo, de Marx. Por isso, Baran e Sweezy ocupam, dentro da teoria econômica, papel de grande relevância, pois trouxeram novas reflexões e interpretações ao debate marxista (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005).

Os recortes traçados pelos autores utilizados no texto e os argumentos levantados são diferentes, por isso, reuniram divergentes elementos e definições para o capitalismo monopolista. No entanto, todos tentaram entender o processo de mudanças que estava ocorrendo desde o final do século XIX. Isso se deu através das contradições observadas com o desenvolvimento do novo modelo de empresa que é capaz de controlar o mercado. A partir daí, o monopólio passou a ganhar espaço nas análises econômicas, abrindo o debate que se restringia ao tradicional modelo de concorrência perfeita. Nesse contexto, pudemos observar a diferença entre a abordagem menos crítica da linhagem heterodoxa-burguesa e mais crítica dos neomarxistas.

Assim, verificamos que a teoria econômica de Baran e Sweezy sobre o capitalismo monopolista teve grande importância para o desenvolvimento da teoria econômica contemporânea, pois trouxe, de modo pioneiro, contribuições que deram maior peso à crítica da teoria econômica convencional por meio da exposição de elementos concretos e dados reais que auxiliaram na construção de um modelo de análise mais condizente com realidade.

Constatado o grande peso da teoria de Baran e Sweezy para o campo marxista estadunidense e europeu, caberia avaliar como se deu a influência desses autores no Brasil. Para chegar a essa resposta, buscamos nos trabalhos de Mantega (1984) e Bielschowsky (2004) as indicações de autores do campo socialista que fazem parte do pensamento econômico brasileiro para verificar como o capitalismo monopolista aparece em seus trabalhos.

4. A influência do capitalismo monopolista no pensamento econômico brasileiro

Até o início do século XX, o Brasil possuía o setor primário-exportador como principal fonte de sua riqueza. A partir da década de 1930, intencionalmente ou não, a política varguista fomentou as condições básicas para a consolidação da indústria no país. Porém, foi apenas no governo Kubitschek que, esgotados os setores industriais de bens de consumo duráveis e de produção, se fez necessário um pacote de investimentos para promover inovações tecnológicas nas indústrias e dinamismo nas estruturas econômicas. Uma grande

entrada de capital estrangeiro ocorreu através da instalação das indústrias transnacionais, com destaque para as montadoras de veículos (MANTEGA, 1984).

A concentração da propriedade das terras, da produção agrícola e da extração mineral no Brasil já era algo corrente desde a chegada dos portugueses, um processo de concentração que atravessou séculos sem sofrer mudanças significativas. A produção industrial e capitalista estava implantada e consolidada na década de 1950, porém não trouxe os resultados econômicos e sociais esperados: *“tornava-se evidente que o principal efeito da industrialização capitalista era a valorização do capital e não exatamente o progresso”* (MANTEGA, 1984, p.75). Deste modo, o capital estrangeiro – imperialista – representava, assim, a presença concreta dos monopólios estrangeiros em território brasileiro.

No campo intelectual, a formação do pensamento econômico brasileiro derivou, em alguma medida, das teorias econômicas americanas e europeias existentes. Assim, toda produção teórico-analítica sobre a economia brasileira baseou-se no arcabouço teórico disponível e se deu sob a perspectiva interpretativa, ou seja, ocorre por meio da adaptação dessas teorias para a condição de capitalismo periférico, presente na América Latina. Exatamente por isso, Mantega diz que a maioria dos autores do pensamento econômico brasileiro partiu para a criação de *“modelos originais, levando em conta as particularidades brasileiras”* (MANTEGA, 1984, p.19).⁷

Buscamos identificar a influência de Baran e Sweezy no pensamento econômico brasileiro após a publicação do livro *Capitalismo Monopolista* (1966). Partimos da hipótese de que os autores brasileiros foram influenciados pelos conceitos de Baran e Sweezy, pois acreditamos que o imperialismo dos países centrais que contém capital monopolista, seja levado em consideração nas análises dos pensadores brasileiros, mas que, sobretudo, a questão do subdesenvolvimento e dependência aparece em maior intensidade do que o próprio capital monopolista, pela maior evidência na realidade brasileira.

Utilizamos como referência metodológica o livro *“A Economia Política Brasileira”*, no qual Mantega (1984) fornece uma contribuição importante e pioneira para a análise do pensamento econômico brasileiro. Identificaremos neste livro as correntes que foram influenciadas pelo neomarxismo, pois são elas que apresentam traços críticos à teoria econômica dominante e trazem em suas análises novas perspectivas e elementos sobre o

⁷ Quer dizer, então, que a originalidade do pensamento econômico no Brasil estaria na adaptação das teorias de capitalismo dos países centrais para a condição retardatária do capitalismo. Para a adaptação do pensamento econômico em países periféricos, cf. CARDOSO, 2001.

estágio e o funcionamento do capitalismo no Brasil. Tomamos os autores relacionados aos modelos de Subdesenvolvimento, Democrático-burguês e de Substituição de importações.

De maneira geral, os autores do modelo do subdesenvolvimento capitalista - André Gunder Frank, Caio Prado Jr. e Rui Mauro Marini - interpretavam a sociedade brasileira como típico produto da expansão capitalista mundial. André Gunder Frank, fortemente influenciado pela nova esquerda norte-americana,⁸ contribuiu para a corrente com a “teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Para Frank, (apud MANTEGA, 1984) o atraso ou subdesenvolvimento seria um processo social criado pelo desenvolvimento capitalista dos países centrais, ou seja, se trata do resultado de expropriação do excedente a que estavam submetidos esses países da periferia para alimentar o desenvolvimento dos países capitalistas avançados.

Já Caio Prado Jr., se preocupou principalmente com a questão agrária. Segundo Prado Jr. (apud MANTEGA, 1984), a agricultura brasileira foi criada pelo capitalismo mercantil, com o propósito de fornecer produtos primários baratos. Disso convém a situação da economia brasileira, submetida ao domínio imperialista, fornecendo os excedentes para as metrópoles.

Ao tratar da forma como a produção de excedentes nos países atrasados ocorria, Rui Mauro Marini dizia que havia na produção, a superexploração dos trabalhadores, já que recebiam baixos salários para dar margem de lucro aos proprietários locais e deixar os produtos baratos para o imperialismo. Dado a falta de excedentes, os países periféricos perdem toda a capacidade de desenvolvimento, pois não possuem recursos, nem mercado consumidor para se industrializar (MANTEGA, 1984).

O modelo Democrático-burguês “*buscava inspiração nos textos clássicos do marxismo e nos exemplos históricos dos países socialistas para produzir a teoria marxista da Revolução Brasileira*” (MANTEGA, 1964, p.159). Através do materialismo histórico, os teóricos dessa corrente, analisavam a realidade brasileira utilizando-se de conceitos marxistas como as relações de produção, confronto de classes, as forças produtivas, e as tendências de transformação social. Pelo objetivo de alcançar o socialismo, o modelo prescrevia a revolução nacional e democrática. O principal teórico dessa corrente, segundo Mantega, foi Nelson Werneck Sodré, que foi também o intelectual de maior articulação do Partido Comunista Brasileiro (MANTEGA, 1984).

⁸ Por exemplo, Josef Steindl, Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Magdoff e Leo Huberman.

Segundo Mantega, a fim de satisfazer políticas de desenvolvimento e de acumulação de capital no Brasil, a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) trouxe análises que prescreviam a industrialização dos países atrasados como a saída da condição de subdesenvolvimento para o desenvolvimento. Por isso, na CEPAL é onde se considera que a produção teórica sobre economia no Brasil e na América Latina teve seus primeiros indícios de originalidade e não de adaptação. Os autores principais, classificados no Modelo de Substituição de Importações, são: Celso Furtado, Ignacio Rangel e Maria da Conceição Tavares (MANTEGA, 1984).

Furtado, economista de grande produção acadêmica e bastante conhecido pelas contribuições relevantes para o pensamento econômico brasileiro, centrou sua análise estruturalista e monetarista buscando o desenvolvimento do subdesenvolvimento, para o qual, o meio era a industrialização da economia. O Brasil deveria assim, transitar de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial. Furtado originou essa ideia na Cepal, em conjunto com Raúl Prebisch, que entendiam ser uma recomendação aos países de capitalismo atrasado da América Latina. Trouxe à tona também, o debate sobre a definição de crescimento e desenvolvimento econômico, em que o primeiro se restringe ao aumento do produto nacional, enquanto o segundo engloba o avanço da estrutura de renda e qualidade de vida da população.

Outro grande expoente do pensamento econômico brasileiro, conhecido pela análise da inflação brasileira de forma inédita, Ignacio Rangel, também filiado às ideias de substituição de importações, distinguiu-se pela forma como interpretava a formação da acumulação capitalista no Brasil, principalmente pelas diferentes influências teóricas. Rangel utilizava conceitos do materialismo histórico e de Keynes – segundo Mantega, essa simbiose de ideias tem como Paul Sweezy o autor mais conhecido no Brasil –, e por isso enxerga no êxodo rural e seu conseqüente inchamento urbano, a formação de um grande exército industrial de reserva, que se submete a más condições de trabalho, resultando altas taxas de exploração e lucratividade (MANTEGA, 1984).

Maria da Conceição Tavares, economista portuguesa que migra para o Brasil na década de 1950, se naturalizou, trabalhou em órgãos do governo, na Cepal, docente na UFRJ e Unicamp. Tavares contribuiu para o Modelo de Substituição de Importações ao levantar novas hipóteses e formulações da problemática da estrutura produtiva e econômico-social. Para Tavares, a estrutura de renda concentrada na década de 1960, no Brasil, deixou a demanda sobre bens duráveis insuficiente, o que pode ter representado um atraso para o funcionamento das políticas de substituição de importações. Esse quadro representa a transição da economia cafeeira para industrializada, onde a acumulação se estende, dado a um

grande crescimento, para acumulação industrial, onde esta consegue aumentar a taxa de exploração e valorização (TAVARES; SERRA, 1983; MANTEGA, 1984).

A partir dos modelos apresentados por Mantega, é possível perceber a influência das ideias estrangeiras no desenvolvimento do pensamento econômico brasileiro. Ao realizar a busca de literatura que contém especificamente referências à obra de Baran e Sweezy, encontramos as obras de André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotonio dos Santos, sobretudo quando tratam do subdesenvolvimento e dependência.

Ao realizar a pesquisa nas referências de livros dos autores indicados por Mantega (1984) como os que receberam influência do pensamento de Baran e Sweezy, pudemos encontrar somente trabalhos relacionados à ideia de imperialismo e dependência. Essas ideias são encontradas no sétimo capítulo do livro *Capitalismo Monopolista* (1974): “A Absorção de excedente: Militarismo e Imperialismo”, do qual extraímos seus pontos principais.

Segundo Baran e Sweezy, o sistema capitalista forma uma hierarquia entre as nações, configuradas sobre um complexo de relações de exploração. Os países da cúpula conseguem explorar todos os inferiores. Os países de nível intermediário na hierarquia exploram os seus inferiores, e assim até atingir a camada mais baixa. Contudo, as nações em níveis equivalentes, lutam entre si para obter o maior número possível de explorados, formando uma rede de relações antagônicas. Podem-se denominar os países da cúpula como “metrópoles” e os de menor nível hierárquico como “colônias” (BARAN; SWEEZY, 1974, p.181).

Para assegurar e, se possível, melhorar suas posições na hierarquia de exploração, as nações têm necessidades de forças armadas. O líder da hierarquia “*deve manter uma clara superioridade militar, seja através de suas próprias forças armadas, seja pela manipulação de alianças, ou ambas*” (BARAN; SWEEZY, 1974, p.185). Os EUA utilizaram de seu poder militar e financeiro para formar um grande império mundial que, para ser controlado e policiado, necessitou de grandes investimentos em recursos militares.

Por trás das justificativas de proteger seu patrimônio, segundo Baran e Sweezy, o objetivo de grande necessidade de máquina militar nos EUA se pautou na contenção da expansão do socialismo. Esta afirmação baseia-se na fala do governo, no discurso do Secretário de Estado Dean Acheson, quando este definiu o objetivo da política dos EUA a criação de “situações de força”, o que serviria para a defesa do *status quo* de determinada área (BARAN; SWEEZY, 1974, p.190).

A análise de Baran e Sweezy traz a complexidade que dá origem a essa problemática. Segundo os autores, não são os governos capitalistas que realizam as transações comerciais, e sim as empresas privadas. Nesse quadro, as grandes empresas assumem a maior parcela

dessas transações e se interessam pelos lucros obtidos. Por isso, a busca implacável para extinguir o socialismo, o qual reduziria as possibilidades de lucros das grandes empresas (BARAN; SWEEZY, 1974, p.194). Às gigantescas empresas multinacionais que dominam a política estadunidense, interessa

o controle monopolista das fontes estrangeiras de abastecimento e dos mercados estrangeiros, para que possam comprar e vender em condições privilegiadas, transferir encomendas de uma subsidiária para outra, favorecer este ou aquele país, dependendo de quem tiver políticas tributárias, trabalhistas e outras mais vantajosas – em outras palavras, desejam transacionar dentro de suas próprias condições e onde preferirem. E para isso necessitam não de clientes comerciais, mas de “aliados” e clientes prontos a ajustar suas leis e políticas às exigências das grandes empresas americanas (BARAN; SWEEZY, 1974, p.202).

Neste sentido, as políticas americanas de incentivos militares aos países subdesenvolvidos tinham os seguintes propósitos: conquistar aliados para garantir a cooperação nas organizações entre países; aproximar os oficiais das forças armadas que exercem influência nas políticas latino-americanas para assim, proporcionar um ambiente de estabilidade política; o acesso permanente dos EUA as matérias-primas; e a concessão de direitos à instalação de bases nesses países (LIEUWEN apud BARAN; SWEEZY, 1974, p.204-205). Portanto, segundo os autores, toda a ajuda militar prestada pelos EUA para os países subdesenvolvidos tinha o propósito de mantê-los ou inseri-los no quadro imperialista americano (BARAN; SWEEZY, 1974, p. 205).

Ainda de acordo com a pesquisa nas referências de livros dos autores indicados por Mantega (1984) como os que receberam influência do pensamento de Baran e Sweezy, pudemos encontrar trabalhos relacionados à ideia de imperialismo e dependência. Ao buscar em obras selecionadas as citações referentes aos dois autores, observamos pontuais menções ao “Capitalismo Monopolista” (1974). Os autores do pensamento econômico brasileiro que mencionaram a obra foram Theotonio dos Santos e André Gunder Frank. Para Santos (1978) entender como a nova dependência e as alternativas de câmbio traziam uma nova divisão do trabalho, teve de procurar elementos que o auxiliassem a esclarecer as transformações advindas pela sociedade do capitalismo monopolista. Gunder Frank (1969), quando escreveu sobre o funcionamento de investimentos de capital estrangeiros na América Latina, utiliza um exemplo de uma indústria americana retirado também de Baran e Sweezy.

5. Considerações finais

A busca nas referências dos autores brasileiros identificados por Mantega (1984) como influenciados por Baran e Sweezy, nos permitiu inferir que, para o pensamento econômico

brasileiro, a obra e os conceitos de Baran e Sweezy sobre a grande empresa e a sociedade de capital monopolista, apesar de sua relevância para o pensamento econômico contemporâneo, não aparecem tanto quanto se poderia esperar. Entretanto, é frequente a referência ao livro de Baran “A economia política do crescimento”, publicado em 1957, em que adianta conceitos que serão aproveitados mais tarde na obra de 1966.

Uma das causas que podemos levantar para a baixa utilização do conceito de capital monopolista por esses autores seria a diferença de contexto econômico e social entre o Brasil e os Estados Unidos nas décadas de 1960 e 70. Mesmo assim, Mantega (1984) pode ter mencionado os autores do pensamento econômico brasileiro como influenciados pelo neomarxismo americano, considerando muito mais as noções de subdesenvolvimento e dependência do que a teoria do capitalismo monopolista.

Outra circunstância de menor expressão seria a dificuldade de acesso às informações e publicações estrangeiras de cunho crítico no contexto da ditadura militar. Como o livro de Baran foi publicado dez anos antes de o Capitalismo Monopolista, é provável que se tivesse maior facilidade de acesso a essa obra, o que também ajudaria a explicar a recorrência de seu uso pelos autores estudados neste trabalho.

6. Referências

BARAN, P.; SWEEZY, P. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1974.

_____. Sobre a História do Capitalismo Monopolista. In: MAGDOFF, H. (Org.). *Teoria e História do Capitalismo Monopolista*. Porto: Firmeza, 1974.

BEAUD, Michel e DOSTALLER, Gilles. *O pensamento econômico de Keynes aos nossos dias*. Lisboa: Afrontamento, 2000.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro. Contraponto, 5ªed., 2004.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CARDOSO, J. L. Reflexões periféricas sobre a difusão internacional do pensamento econômico. *Nova Economia*, v.19, n.2, mai-ago. 2009.

FRANK, A. G. *Lumpenburoguesía lumpendesarrollo*. 3. ed. México, Ediciones Era, 1978, c1971. 159 p.. Serie popular era.

_____. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo, Brasiliense, 1980. 259 p.

_____. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. 3. ed. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Argentina, 1974. 345 p.. Sociología y política.

FURTADO, C. *Teoria e politica do desenvolvimento economico*. 2. ed. Sao Paulo, Nacional, 1968. 266 p.

_____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. 127 p.. Coleção Nossa América, v.2. Série Ensaios.

GALBRAITH, J. K. *Capitalismo americano. O conceito do poder compensatório*. Tradução Clara A. Colotto. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2008.

GUERRERO, D. Reflexiones sobre la vida y la obra de Paul Sweezy (I): Las contribuciones de Paul Sweezy a la economía. In: *Oikos, Revista de la Escuela de Administración y Economía de la Universidad Católica Raúl Silva Henríquez*, Chile, nº17, pp. 149-186, 2004.

HARRIS, L. Capitalismo Monopolista. In: Bottomore, Tom. *Diccionario del pensamiento marxista*. Madri: Tecnos, 1984

HOBBSBAWM, E. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LÊNIN, V. I., *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4º Ed. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. 2ºed. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.

MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. 2. ed. México, D. F., Siglo Veintiuno (México), 1970. vii, 162 p.. El Mundo del hombre. Sociología y política.

_____. *Dialéctica de la dependencia*. 3. ed. México, Ediciones Era, 1977. 101 p.. Serie popular Era.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. L. I: O processo de produção do Capital. t. II. São Paulo: Nova Cultural, 1985; 2006.

NETO, A.; OLIVEIRA, T. Paul Sweezy: grande cientista social, pioneiro da economia política da comunicação. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. São Cristovão, v. 6, n. 2, p. 82-83, mayo/ago. 2004. Disponível em: <http://www.eptic.com.br/arquivos/Revistas/Vol.VI,n.2,2004/AAntonio-Tiago.pdf>>

PRADO JÚNIOR, C. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1978.

RANGEL, I. *Economia, milagre e anti-milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

SANTOS, T. dos. *Imperialismo y dependencia*. México, Ediciones Era, 1978.

SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. *An outline of the history of economic thought*. 2ªed. Trad. ingl., New York: Oxford University Press, 2005

SWEEZY, P. Sobre a Teoria do Capitalismo Monopolista. In: MAGDOFF, Henry (Org.). *Teoria e História do Capitalismo Monopolista*. Porto: Firmeza, 1974.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da Estagnação. In: TAVARES, M. C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre Economia Brasileira*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983 [1972].